



José Paulo Lacerda/AE

Fiúza, Genoino e Maçiel: comissões estudam nova lei salarial

Fórum estuda nova lei para política salarial

25 ABR 1991

ESTADO DE SÃO PAULO

BRASÍLIA — Líderes partidários reuniram-se ontem no Fórum de Debates do Congresso Nacional para discutir o projeto de lei de política salarial proposto pelo governo. Trabalho preparado pela Assessoria Legislativa da Câmara estimou que mesmo com inflação estabilizada em torno de 10%, a nova política provocará, ao final do primeiro ano, uma queda de 11,6% no valor médio real do salário mínimo em relação ao início do governo Collor.

Com base nesses números, o Fórum criou duas comissões de 40 parlamentares cada uma para analisar os itens prioritários da pauta: a nova política salarial e a lei de benefícios e custeios da Previdência Social. Nova versão do projeto de lei deverá ser elaborada até a segunda se-

mana de junho. As comissões serão instaladas na terça-feira com prazo de 30 dias para negociarem uma proposta a ser levada à votação no plenário até o final do primeiro semestre.

A análise do projeto do salário mínimo constatou uma perda de 9,9% em relação ao valor real do mínimo em março de 1990. O estudo realizado pelo ex-secretário nacional do Trabalho e assessor da Câmara Adolfo Furtado revela que, com inflação estável, o salário mínimo chegará em agosto do ano que vem perdendo mais 1,87% em relação ao valor atual. Caso a inflação cresça até 30%, o trabalhador perderá 9,98% do salário mínimo, que chegará a agosto de 1992 quase 19% abaixo do valor registrado em março de 1990.